

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PARA USO NO CONSÓRCIO, VISANDO O CONSERTO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO:

MENOR VALOR POR ITEM

DATAS E HORÁRIOS:

CRENCIAMENTO: Dia 21/05/2019 às 09:00 horas.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 21/05/2019 após credenciamento

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

**SEDE DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA
SEDIADO À RUA CARLOS ROBERTO RIBEIRO FRAGA, Nº 119, SALA 01, CENTRO,
ANDRADAS-MG.**

INFORMAÇÕES:

Informações e esclarecimentos sobre o presente Edital poderão ser obtidos pessoalmente, na sede do CPGI, no endereço supra mencionado, ou pelo telefone (35) 3590-1420, falar com Sr. (a) Zaine Novaes, ou, ainda, pelo e-mail: consorcio.cpgirs.zaine@andradas.mg.gov.br.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

O Consórcio Público para Gestão Integrada torna público, a quem possa interessar que realizará **PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, a fim de selecionar a proposta de menor preço para o objeto licitado, o qual é regido por este edital, pela Lei Federal nº 10.520/02 e pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e, ainda, pela Lei Complementar 123/06 e demais disposições legais pertinentes a seu objeto.

DO (A) PREGOEIRO (A) E DA EQUIPE DE APOIO

Os trabalhos serão conduzidos pelos (as) Servidores (as) da Prefeitura Municipal Andradas, pregoeiro (a) e auxiliado (a) pela equipe de apoio, todos designados pela Portaria nº 57/17 da Prefeitura Municipal de Andradas.

DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Compõem este Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no Art. 7º, XXXIII da C.F.;
- Anexo III - Modelo de Procuração;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Habilitação;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte/Pessoa Física;
- Anexo VI – Minuta Contratual;

- Anexo VII – Termo de Referência;

I — DO OBJETO:

1.1. AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PARA USO NO CONSÓRCIO, VISANDO O CONSERTO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

1.2. As especificações técnicas do veículo e suas características constam do Anexo VII deste edital.

1.3. O valor da contratação é estimado em **R\$ 76.225,00 (setenta e seis mil duzentos e vinte e cinco reais)**.

II – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

2. As despesas decorrentes do presente Pregão serão suportadas através da Dotação Orçamentária nº **03.01.04.122.2001.44.90.52**, com recursos próprios e/ou vinculados.

III — DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

3.1. Quaisquer informações referentes à licitação poderão ser obtidas junto a sede do CPGI, no endereço supra mencionado, ou pelo telefone (35) 3590-1420, falar com Sr. (a) Zaine Novaes, ou, ainda, pelo e-mail: **consorcio.cpgirs.zaine@andradas.mg.gov.br**, nos dias úteis, no horário de 09h00 as 17h00.

3.2. O Edital poderá ser retirado a partir do dia **07/05/2019**, dentro do horário estabelecido no item anterior, até o último dia útil anterior ao encerramento do prazo para o credenciamento.

3.3. O edital encontra-se disponível para consulta no site oficial do CPGI, no endereço: **www.cpgi.mg.gov.br**.

IV — DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas do ramo pertinente ao objeto previsto no item 1, bem como pessoas físicas, que:

4.1.1. Desejando oferecer lances verbais, além da apresentação dos envelopes nº 1 (proposta comercial) e nº 2 (documentos de habilitação), tenham seus representantes efetivamente **CRENCIADOS** pelo pregoeiro (a) para tal fim.

4.1.2. Não tendo enviado representantes para a etapa de lances verbais, apresentarem ao pregoeiro (a) os envelopes nº 1 (propostas comercial) e nº 2 (documentação de habilitação), devidamente acompanhados, pelo menos, da Declaração de Habilitação (modelo no Anexo IV), até o horário final destinado ao credenciamento na sessão do pregão.

4.1.2.1. Na hipótese prevista no item anterior, a proposta será única e ficará submetida à todas as normas deste edital quanto à documentação, classificação e adjudicação, somente podendo ser declarada vencedora se não houver lances verbais com valores menores.

4.2. Não poderão participar da licitação empresas:

4.2.1. Suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração.

4.2.2. Concordatárias ou em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, em concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

4.3. A observância das vedações do item **4.2**, é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento se sujeitará às penalidades cabíveis.

V — DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DE PREGÃO:

5.1. A abertura dos trabalhos e o credenciamento dos licitantes serão realizados a partir das **09:00 horas do dia 21/05/2019**, após o que, serão recebidos os envelopes 1 e 2.

5.2. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas e pessoas físicas licitantes, o pregoeiro (a) declarará aberta a sessão de Pregão, oportunidade em que **NÃO** serão aceitos novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a proposta comercial (Envelope nº 1) e os documentos de habilitação (Envelope nº 2), **exclusivamente dos participantes credenciados** ou que tenham enviado sua proposta e documentação (Item 4.1.2), em conformidade com as normas deste edital.

5.3. Abertos os envelopes de propostas comerciais todos serão analisados, verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas nesse instrumento convocatório e seus anexos, e, conforme o caso, imediatamente desclassificadas aquelas que não atenderam ao Edital (ausência de assinatura da proposta, de dados da empresa, da marca ou origem dos produtos, de valor da proposta, além de rasuras, especificações não compatíveis com o objeto, etc.).

5.4. Será feita a classificação da proposta apresentada com o **MENOR VALOR UNITÁRIO**, e todas as que tenham valores superiores e sucessivos em até 10% (dez por cento) àquela, a fim de participarem da etapa de lances verbais.

5.4.1. Se não houver no mínimo 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.4**, o pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes até o máximo de 03 (três), para que participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços ofertados nas propostas apresentadas.

5.5. Dos Lances Verbais

5.5.1. A etapa de lances verbais será iniciada pela empresa que, dentre as classificadas, tiver apresentado o maior preço para o item na proposta escrita, e as demais, sucessivamente e na ordem decrescente dos preços propostos.

5.5.2. Em caso de empate, será realizado sorteio em ato público, somente para definir a ordem de apresentação dos lances.

5.5.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando solicitado, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances, sendo que este deverá manter o último preço apresentado para efeito de posterior ordenação das propostas.

5.5.4. Uma vez ofertado lance verbal, não caberá desistência, sujeitando-se o licitante que assim proceder às penalidades constantes da **Cláusula XVI** deste Edital.

VI — DOS ENVELOPES:

6.1. Os licitantes deverão apresentar 02 (dois) envelopes lacrados, o **ENVELOPE Nº 1- PROPOSTA COMERCIAL** e o **ENVELOPE Nº 2-DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, sendo que ambos deverão mencionar na sua parte externa a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº 1

AO
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA (CPGI)
ENVELOPE Nº 1 – “PROPOSTA COMERCIAL”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19
NOME/RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:

ENVELOPE Nº 2

AO
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA (CPGI)
ENVELOPE Nº 2 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19
NOME/RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
E-MAIL:

6.2. A falta de alguma das informações acima não implicará na desclassificação do licitante, desde que os elementos presentes sejam suficientes para que o pregoeiro (a), inequivocamente, possa identificar a empresa, o processo licitatório e o conteúdo dos envelopes.

VII — DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO PESSOA JURÍDICA

7.1. **CARTEIRA DE IDENTIDADE (XEROX)** ou documento legal equivalente, com foto, cópia autenticada, do representante da licitante na sessão.

7.2. **CONTRATO SOCIAL, ESTATUTO ou ATO CONSTITUTIVO**, devendo ser apresentado o ato de constituição da empresa, acompanhado de suas alterações ou apenas da última, caso ela consolide as demais, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial e, no caso sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores.

7.3. **PROCURAÇÃO – (com firma reconhecida em cartório)**, no caso da licitante não ser representada por agente investido em poderes de administração, na qual constem poderes para formular lances, negociar preços, interpor ou desistir da interposição de recursos, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do licitante – **Modelo no Anexo III**. Em caso de não utilização do modelo, a mesma deverá conter todos os dados informativos necessários.

7.4. **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA – Modelo no Anexo IV** - Será exigida a declaração acima mencionada, dos interessados ou de seus representantes, para comprovar que cumprem plenamente os requisitos de Habilitação.

7.5. **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Modelo Anexo V**.

DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO PESSOA FÍSICA

7.6. **CARTEIRA DE IDENTIDADE (XEROX)**, ou documento legal equivalente, com foto com cópia autenticada do licitante ou da pessoa que o representará na sessão;

7.7. Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), pode ser outro documento que contenha o número de inscrição.

7.8. **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS – Modelo no Anexo IV**.

Será exigida a declaração acima mencionada, dos interessados ou de seus representantes, para comprovar que cumprem plenamente os requisitos de Habilitação.

OBS: Os itens 7.6; 7.7 e 7.8 deverão ser apresentados FORA DO ENVELOPE.

VIII — DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (EMPRESAS) – ENVELOPE Nº 2:

8.1. O envelope nº 2 – Documentação deverá conter os seguintes documentos para Pessoa Jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b) Certidão de Regularidade para com a Seguridade Social, expedida pelo INSS – será aceita a CND conjunta com a Fazenda Federal;
- c) Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- e) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 acrescidos pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 - **Modelo no Anexo III**;

8.2. OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO E OS DO ENVELOPE Nº 2 PODERÃO SER APRESENTADOS EM CÓPIAS REPROGRÁFICAS AUTENTICADAS EM CARTÓRIO OU POR SERVIDOR COMPETENTES DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, MATERIAIS E SUPRIMENTOS, NESTE ÚLTIMO CASO, À VISTA DOS ORIGINAIS.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (PESSOA FÍSICA)

8.3. O envelope nº 2 – Documentação deverá conter os seguintes documentos para Pessoa Física:

- a) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- b) Certidão de Regularidade para com a Seguridade Social, expedida pelo INSS – será aceita a CND conjunta com a Fazenda Federal;
- c) Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- e) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO E OS DO ENVELOPE Nº 2 PODERÃO SER APRESENTADOS EM CÓPIAS REPROGRÁFICAS AUTENTICADAS EM CARTÓRIO OU POR SERVIDOR COMPETENTES DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, MATERIAIS E SUPRIMENTOS, NESTE ÚLTIMO CASO, À VISTA DOS ORIGINAIS.

IX — DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 1:

9.1. A proposta apresentada utilizando-se o Anexo I deste Edital deverá ser datilografada, digitada ou manuscrita com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, para que não seja desclassificada e, obrigatoriamente, indicar o seguinte:

- a) Razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, telefone e ou fax, número da conta corrente, nome do banco, número da agência e número do edital;
- b) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização do pregão;
- c) Os licitantes deverão ofertar proposta para todo o objeto deste certame.
- d) **Os licitantes deverão apresentar manual, cartilha, folder ou qualquer outro material que possa comprovar as especificações técnicas do veículo.**

9.1.1. Caso seja omitido, pelo licitante, o prazo de validade da proposta, este será considerado de 60 (sessenta) dias.

9.1.2. Não serão admitidas propostas que ofertem mais de um valor ou marca para o objeto licitado;

9.1.3. No preço ofertado deverão estar incluídos os impostos, taxas, embalagens, fretes, seguros, despesas com alimentação do pessoal, bem como quaisquer outras despesas sobre ele incidentes, não podendo a licitante pleitear acréscimos posteriores à abertura das propostas;

9.1.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente, com apenas **DUAS CASAS**, depois da vírgula;

9.1.5. A licitante somente poderá retirar sua proposta, antes da abertura do respectivo envelope, dirigindo-se ao pregoeiro (a), que só aceitará se fundamentado em motivo considerado justo, decorrente de fato superveniente;

9.1.6. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

9.1.7. Encerrada a etapa competitiva (lances verbais) e ordenada as ofertas, o pregoeiro (a) procederá à abertura do envelope de documentos da empresa que apresentou melhor proposta, a fim de verificar o atendimento das exigências para a habilitação, conforme constantes do Edital.

9.1.8. O veículo deverá ser entregue no município de Andradas, conforme a solicitação do departamento competente, a qual poderá ocorrer a qualquer tempo, durante a vigência do contrato.

X — DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

10.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observados, ainda, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

10.2. Caso não se realize a etapa de lances verbais, será verificada a conformidade da proposta escrita de menor preço com as exigências deste edital, bem como, com o valor estimado da contratação.

10.3. Havendo apenas uma oferta, desde que atenda a todos os termos do edital e que o preço seja compatível com o valor estimado, poderá ser aceita, mas, neste caso, o pregoeiro (a) deverá negociar para que seja obtido melhor preço.

10.4. Verificada a conformidade da proposta, encerrada a disputa na fase de lances verbais e encontrada a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante vencedor, para confirmação de suas condições habilitatórias;

10.5. Caso a oferta do licitante não seja aceitável ou se ele não atender as exigências habilitatórias, o (a) pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e conformidade com as condições de habilitação, procedendo assim sucessivamente até que seja apurada uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo, então, o licitante declarado vencedor com a consequente adjudicação do item respectivo.

XI— DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

11.1. Documentação:

11.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, o não cumprimento do disposto nessa cláusula implicará na inabilitação do licitante.

11.1.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, desde que cumprida a exigência da cláusula acima, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.1.3. A não regularização da documentação neste prazo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.2. Julgamento das Propostas e Fase de Lances Verbais:

11.2.1. No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais Propostas de Preços ou empate ficto, serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 44 da LC n.º 123/06.

11.2.2. Entender-se-á por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, forem iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que essa tenha sido apresentada por licitante que não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.2.3. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

11.2.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

11.2.3.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da cláusula acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da cláusula 11.2.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.2.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação prevista na cláusula 11.2.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

XII — DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

12.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.1.1. Caberá ao pregoeiro (a) decidir sobre a petição impugnatória no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

12.1.3. A petição impugnatória ou pedido de esclarecimentos deverá ser protocolada junto ao CPGI, no endereço mencionado acima, sob pena de não ser conhecido.

12.1.4. A decisão da impugnação será divulgada mediante afixação no quadro de avisos do Consórcio e comunicada aos interessados via fax ou correio eletrônico.

XIII — DOS RECURSOS:

13.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentarem suas

contrarrrazões, se houver, em igual número de dias, os quais serão contados a partir da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação **imediata e motivada** do licitante importará em **preclusão** do direito de recurso e o pregoeiro (a) adjudicará o item à licitante vencedora.

13.3. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.4. As razões e contrarrrazões recursais deverão ser protocolizadas no CPGI, sob pena de não serem conhecidas.

13.5. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos do Consórcio.

XIV — DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. A Secretaria solicitante, através de representante, exercerá a fiscalização da execução do contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.2. As exigências e atuação da fiscalização pelo Consórcio em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto desta licitação.

14.3. A contratada é obrigada a substituir, de imediato, o veículo entregue em desacordo com este edital ou que apresente qualquer vício ou defeito, por menor que sejam.

XV — DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

15.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta, após 30 dias da aprovação pela comissão de mecânicos, que serão cedidos pela Prefeitura Municipal de Andradas, que se dará por meio de laudo e emissão da Nota Fiscal.

15.2. Os preços incidentes na contratação poderão ser reajustados na forma do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93.

15.3. O contratado fica obrigado a aceitar os acréscimos e supressões no contrato que se fizerem necessários, limitados a 25% do valor total do contrato.

15.4. O prazo da contratação será até o dia 31 de dezembro de 2019, ou até que o veículo seja entregue, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

15.5. O prazo de entrega do veículo é de **15 (quinze) dias corridos** a partir da solicitação do setor competente.

XVI — DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

16.1. Pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a adjudicatária se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

16.1.1 A penalidade prevista no item anterior não se aplica aos licitantes remanescentes em virtude da não aceitação da primeira convocada.

16.2 A CONTRATADA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não atendimento às especificações técnicas do veículo licitado, bem como, pelo atraso injustificado em efetuar a entrega.

16.3 Nas sanções constantes de 16.1 e 16.2, os valores das multas serão em moeda corrente nacional. No caso de incidência em mais de um item, as multas serão cumulativas.

16.4 Os valores apurados das sanções serão descontados dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

16.5 Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista nos itens 16.2 e 16.4 anteriores;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo não superior 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria CONTRATANTE.

16.6 As sanções previstas no item 16.5, alíneas “a”, “c” e “d” poderão incidir juntamente com a do item 16.5 alínea “b”.

16.7 As sanções previstas no item 16.5 alíneas “c” e “d” poderão também ser aplicadas quando:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

16.8 Aplicam-se, subsidiariamente, ao disposto nesta cláusula, as condições previstas no capítulo IV da Lei 8666/93 e alterações.

16.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

16.10. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Consórcio Público, segundo procedimentos internos do financeiro, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo CPGI.

16.11. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Presidente do Consórcio Público, devidamente justificado.

16.12. À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentá-la falsa ou adulterada; ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação; não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o CPGI e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores, caso já seja credenciada, pelo período de 05 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.

16.13. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.14. Eventuais atestados de capacidade técnica, solicitados pela licitante, referente ao presente procedimento licitatório, somente serão expedidos pelo CPGI, desde que o fornecimento das entregas realizadas tenha atendido perfeitamente às disposições deste edital.

16.15. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16.16. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

16.17. Constituem motivos para a rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O atraso injustificado na entrega do veículo;
- c) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotado na forma do parágrafo 1º do artigo 67 da Lei 8666/93 e alterações;
- d) A dissolução da sociedade ou a decretação de falência ou a instauração de sua insolvência civil;
- e) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- f) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

16.18. Em caso de rescisão, por qualquer das hipóteses previstas no item 16.17 alíneas “a” a “f” anteriores, a CONTRATADA se sujeitará à aplicação das multas previstas, sem prejuízo de sua responsabilidade por perdas e danos.

16.19. Aplicam-se, subsidiariamente, a esta cláusula as disposições pertinentes e, em especial, a seção V do Capítulo III da Lei 8666/93 e alterações, ficando assegurado à CONTRATANTE a supremacia relativa ao poder inerente aos contratos administrativos.

16.20. A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência do CPGI.

XVII — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. O CPGI poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato de fornecimento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa caso esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo CPGI;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

17.2. O CPGI poderá, por despacho fundamentado do pregoeiro (a) ou da autoridade competente até a assinatura do contrato e entrega da nota de empenho, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, excluir qualquer licitante, não assistindo a este o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

17.3. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do (a) pregoeiro (a), devidamente fundamentado.

17.3.1. A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

17.4. As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser arguidas no momento da abertura do envelope correspondente, oralmente, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.

17.5. A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase de licitação.

17.6. Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o CPGI comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

17.7. É facultada ao pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.8. A proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

17.9. As questões decorrentes da execução desta licitação, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Andradas – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.10. A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

17.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro (a), com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02.

17.12. Todos os participantes deverão estar de acordo com as normas pertinentes ao objeto, independente de estarem solicitadas no Edital, ficando sob sua inteira responsabilidade a adequação das mesmas, nos órgãos competentes.

17.13. Na condução da sessão de pregão, de modo geral, assegura-se ao pregoeiro (a) o direito de desconsiderar fatos e reclamações que, por irrelevantes e impertinentes, visem, exclusivamente, tumultuar e protelar o andamento do certame.

17.14. O CPGI se reserva o direito de solicitar aos licitantes esclarecimentos e/ou comprovações das informações prestadas, através de documentos.

17.15. Os tributos que, eventualmente, forem devidos pela contratada, em razão da execução do contrato, serão retidos na fonte pagadora, conforme determinar a legislação pertinente.

17.16. Nas diversas fases deste processo licitatório, o Pregoeiro poderá, caso entenda necessário, ser assessorado por órgão ou entidade interna ou externa, desde que esta não esteja participando da licitação.

17.17. As normas deste edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Andradas, 06 de maio de 2019.

JOÃO PAULO FACANALI OLVEIRA
Presidente do CPGI

ANEXO I
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

FORNECEDOR: _____

END.: _____ **CIDADE:** _____ **UF:** _____

CEP: _____ **TEL/FAX:** _____ **CNPJ/CPF:** _____ **I.E.:** _____

C. C.: _____ **BANCO:** _____ **AGÊNCIA:** _____

REP. LEGAL/PROCURADOR: _____ **CPF:** _____

R.G.: _____ **U.F.:** _____ **END:** _____

_____ **CIDADE:** _____ **UF:** _____ **CEP:** _____

INSTRUMENTO COM PODERES FIRMAR CONTRATOS:

CONTRATO SOCIAL **PROCURAÇÃO**

PROPOSTA FINANCEIRA

**AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PARA USO NO CONSÓRCIO, VISANDO
O CONSERTO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS,
COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.**

Item	Objeto	Quant	Marca e modelo	Valor
01	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP TURBO REVISADA – BRANCA/PRATA <u>Veículo com no mínimo as seguintes especificações</u> - MINIMO DE 02 LUGARES. - CABINE SIMPLES - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO NO MÍNIMO 2014/2014. - COM TACÓGRAFO E TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA. - TRAÇÃO 4X4 - PNEU COM 50% DE VIDA ÚTIL NO MÍNIMO - COMBUSTÍVEL: DIESEL - MOTOR MÍNIMO 2.8 - NÃO PODERÁ TER SOFRIDO COLISÃO. - QUILOMETRAGEM MÁXIMA DE 150.000 km. - O VEÍCULO PASSARÁ POR UMA AVALIAÇÃO DE UM GRUPO DE MECÂNICOS E ELETRICISTA CEDIDOS DA PREFEITURA DE ANDRADAS, APÓS APROVADA POR ESSE GRUPO, SENDO OS GASTOS POR CONTA DO PROPRIETÁRIO E SE REPROVADA EM QUAISQUER ÍTENS DA INSPEÇÃO, O VENDEDOR DEVERÁ SANAR TODOS OS PROBLEMAS. - O CUSTO COM A INSPEÇÃO E COM MANUTENÇÃO EM CASO DE REPROVA, SERÁ POR CONTA DO PARTICIPANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO.	01		
	VALIDADE DA PROPOSTA			
	PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO			
	CONTA BANCÁRIA:			

Agencia

Conta

Banco

Andradas, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Proponente

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO
ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO

_____ (empresa),
com sede à _____, nº _____
bairro _____, na cidade de _____,
_____ (UF), inscrita no CNPJ-MF nº _____, Inscrição
Estadual nº _____, interessada em participar do procedimento
licitatório de em referência, promovido pela Prefeitura Municipal de Andradas, Estado de
Minas Gerais, por seu representante legal, **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto
no art. 27, V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e sob as penas da lei, que
observa estritamente ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, não
impondo a seus funcionários menores de dezoito anos qualquer trabalho noturno, perigoso ou
insalubre, e que, **SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**, não contrata empregados
menores de 16 (dezesesseis) e maiores de 14 (catorze) de catorze anos, respeitando, no que
concerne aos seus direitos, à Constituição e às leis trabalhistas.

Por ser verdade, firma o presente.

_____, _____ de _____ de 2019.

(ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA)

ANEXO III

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19**

PROCURAÇÃO

_____ (NOME DA EMPRESA), com sede à _____, inscrita no CNPJ-MF sob nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, pelo presente instrumento, **CREDECIA** o (a) Sr. (a) _____, inscrito no CPF-MF sob nº _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, da SSP/____, a participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, conferindo-lhe poderes para oferecer lances verbais, negociar preços, requerer vistas de documentos e propostas, interpor e desistir de recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório e, de modo geral, manifestar-se em nome da empresa, ao que de tudo damos por firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2019.

ASS. DO REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO DA EMPRESA

OBS: Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA

_____ (NOME DA EMPRESA),
com sede à _____

_____ (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ-MF sob nº
_____ e Inscrição Estadual n.º
_____, por seu representante legal
_____ (NOME),
inscrito no CPF-MF sob nº _____ **DECLARA**, sob as penas da lei,
que possui todos os documentos exigidos para sua **HABILITAÇÃO NO PROCESSO
LICITATÓRIO Nº 001/19**, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19**, promovido pelo
Consórcio Público para Gestão Integrada.

Por ser verdade, firma o presente.

_____, _____ de _____ de 2019.

ASS. DO REPRESENTANTE LEGAL.

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19**

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE PESSOAS FÍSICA

Eu, **PESSOA FÍSICA**, _____
(NOME COMPLETO), residente e domiciliado à _____

_____ (ENDEREÇO
COMPLETO), portador da Cédula de Identidade RG nº _____,
SSP _____, inscrito no CPF-MF sob nº _____, **DECLARO**, sob as
penas da lei, que possuo todos os documentos exigidos para minha **HABILITAÇÃO NO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19**, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19**,
promovido pelo Consórcio Público para Gestão Integrada.

Por ser verdade, firmo o presente.

Andradas, _____ de _____ de 2019.

ASSINATURA

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

_____ (NOME DA EMPRESA),
com sede à _____

_____ (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ-MF sob nº
_____ e Inscrição Estadual nº
_____, para fins de participação neste

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, declara cumprir plenamente os requisitos para classificar-se
como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº
123, de 14 de dezembro de 2006. Declara-se ainda, ciente das responsabilidades administrativas, civil
e criminal.

Por ser verdade, firma o presente.

Andradas, _____ de _____ de 2019.

ASS. DO REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19 PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

MINUTA DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PARA USO NO CONSÓRCIO, VISANDO O CONSERTO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

CONTRATANTE:

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI, situado à Rua Carlos Roberto Ribeiro Fraga, 119, sala 01, Centro, Andradas - MG, CNPJ nº 19.031.366/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. João Paulo Facanali de Oliveira, Presidente do Consórcio, doravante denominado CPGI;

CONTRATADA:

_____ (qualificação), empresa com sede na rua _____, n.º _____, bairro _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ e Inscrição Estadual sob n.º _____, neste ato representado por seu sócio gerente, _____ (qualificação), residente e domiciliado na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrito no CPF-MF sob n.º _____ e portador da cédula de identidade RG n.º _____, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de _____.

Ou

_____ (pessoa física), residente e domiciliado na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrito no CPF-MF sob n.º _____ e portador da cédula de identidade RG n.º _____, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de _____.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo assinados e acima qualificados — o Município de Andradas, na condição de **CONTRATANTE**, e _____, na condição de **CONTRATADA**, como doravante denominar-se-ão — têm entre si, justos e contratados, o quanto consubstanciado nas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PARA USO NO CONSÓRCIO, VISANDO O CONSERTO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA obriga-se a seguir rigorosamente todas as condições e especificações técnicas dispostas no edital do pregão presencial nº 001/19 e seus anexos, em especial no Anexo VII – Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todas as despesas decorrentes da contratação correrão por conta única e exclusivamente da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019 ou até que o veículo seja entregue, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
– O CPGI obriga-se a pagar à Contratada o valor total de R\$____, __ (_____ reais e _____ centavos), estando incluídos todos os encargos sociais e tributos incidentes sobre a contratação.

CLÁUSULA QUARTA-DO REAJUSTE DE PREÇOS - Durante a vigência do presente contrato, os preços ora pactuados somente serão reajustados nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - As despesas com a execução do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: nº **03.01.04.122.2001.44.90.52**, com recursos próprios e/ou vinculados.

CLÁUSULA SEXTA- DA RESCISÃO E SANÇÕES- O CPGI, poderá, nas hipóteses elencadas no Edital do Pregão nº 001/19, declarar rescindido o presente contrato, independentemente de qualquer indenização, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS - Aplicar-se-ão a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02 e os regulamentos pertinentes, para os casos porventura omissos neste termo de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS - A CONTRATADA obriga-se a observar quanto ao pessoal empregado nos serviços objeto do presente contrato, a legislação pertinente, notadamente as obrigações da Legislação Trabalhista que lhe tocam por inteiro, e pelas quais responderá.

CLÁUSULA NONA- DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Andradas/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais do presente contrato, e que não consigam as partes, preferencialmente, acordar.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias, de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste contrato.

Andradas, ____ de _____ do ano 2019.

JOÃO PAULO FACANALI OLIVEIRA
Presidente do CPGI,
Pela **CONTRATANTE**

pela **CONTRATADA.**

Testemunha

Testemunha

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/19

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/19

TERMO DE REFERÊNCIA

**AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE PARA USO NO CONSÓRCIO,
VISANDO O CONSERTO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
CONSORCIADOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.**

ITEM	OBJETO	QUANT.
01	<p>VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP TURBO REVISADA – BRANCA/PRATA <u>Veículo com no mínimo as seguintes especificações</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - MINIMO DE 02 LUGARES. - CABINE SIMPLES - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO NO MÍNIMO 2014/2014. - COM TACÓGRAFO E TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA. - TRAÇÃO 4X4 - PNEU COM 50% DE VIDA ÚTIL NO MÍNIMO - COMBUSTÍVEL: DIESEL - MOTOR MÍNIMO 2.8 - NÃO PODERÁ TER SOFRIDO COLISÃO. - QUILOMETRAGEM MÁXIMA DE 150.000 km. - O VEÍCULO PASSARÁ POR UMA AVALIAÇÃO DE UM GRUPO DE MECÂNICOS E ELETRICISTA CEDIDOS DA PREFEITURA DE ANDRADAS, APÓS APROVADA POR ESSE GRUPO, SENDO OS GASTOS POR CONTA DO PROPRIETÁRIO E SE REPROVADA EM QUAISQUER ÍTENS DA INSPEÇÃO, O VENDEDOR DEVERÁ SANAR TODOS OS PROBLEMAS. - O CUSTO COM A INSPEÇÃO E COM MANUTENÇÃO EM CASO DE REPROVA, SERÁ POR CONTA DO PARTICIPANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO. 	01

ENTREGAS: O prazo de entrega do veículo é de **15 (quinze) dias corridos** a partir da solicitação do setor competente.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado na forma de crédito em conta após 30 dias da aprovação pela comissão de mecânicos, através de laudo, bem como emissão de Nota Fiscal.

OBSERVAÇÕES: A contratada é obrigada a substituir, de imediato, o veículo entregue em desacordo com este edital ou que apresente qualquer vício ou defeito, por menor que sejam.

JOÃO PAULO FACANALI OLVEIRA
Presidente do CPGI